



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 28 de agosto de 2021.

A CRISE ENTRE OS TRÊS PODERES E A MOBILIZAÇÃO NAS RUAS!

O Brasil atravessa uma crise econômica interminável, ignorada pelo governo federal e seu ministro da economia. A inflação ficará na casa de 7,5% em 2021, acima da meta de 5,25 definida pelo governo. Essa inflação, tem elevado os preços de alimentos, energia, alugueis e dos derivados de petróleo como: a gasolina, etanol e gás de cozinha, que dispararam neste último período. O impacto da inflação é muito maior para as famílias mais pobres, que ainda sofrem com o desemprego recorde no país, o maior desde 2012. Já são 14,8 milhões de trabalhadores desempregados e 5 milhões em desalento, o que leva à queda na renda familiar da população. Segundo os dados do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) a inflação, alcançou 9,30% no acumulado de 12 meses, um novo recorde. Mesmo com a crise batendo a porta, o ministro da economia Paulo Guedes ignora toda essa situação e diz que: “Qual é o problema se a energia ficar um pouco mais cara?”, segundo o ministro, isso é uma turbulência passageira. Porém essa, a alta da inflação gerou maior instabilidade no governo e a queda de popularidade. Soma-se a essa crise, a disputa de braço entre os três poderes, protagonizada por Bolsonaro que resolveu partir para ofensiva na tentativa de descaracterizar o STF com vistas às eleições de 2022. Utilizando de ameaças como a não realização da eleição, caso não seja através do voto impresso, além disso, encaminhou ao Senado pedido de impeachment de um dos juizes da corte, que foi ignorado pelo presidente do Senado. Bolsonaro tenta desviar o foco da crise econômica, social, do debate sobre as acusações que pairam sobre seu governo nas denúncias da CPI da pandemia, e as diversas aberturas de investigação sobre sua atuação no esquema das fake News. O governo, após pouco mais de um ano de pandemia, não tem política para imunizar toda a população, hoje o Brasil já atingiu o número de 578 mil mortes, com apenas 27,24% de pessoas vacinadas com as duas doses. Esse baixo índice de vacinação demonstra a prática genocida de Bolsonaro. Com tudo isso, a pressão nas ruas tende a aumentar, o ato do dia 18 protagonizado pelo setor de serviço público em resposta ao andamento da PEC 32 na câmara dos deputados e a falta de política do governo para tirar o país da crise. Essa conjuntura tem aumentado a miséria no país, levando milhares de famílias à pobreza absoluta, com isso a tendência é gerar um caldeirão de descontentamento nos setores das classes mais pobres, setores da classe média e isso aumentará o grau de mobilização. Nesse sentido, o próximo ato a ser realizado no dia 07/09 – Dia dos Excluídos - tem um significado muito importante de pressão sobre o governo. Mesmo com toda turbulência, Bolsonaro aposta na reforma administrativa como saída da crise e resposta ao mercado financeiro que pressiona Guedes. O presidente da câmara Arthur Lira - PP anunciou que colocará a PEC 32 em votação em setembro. A Direção Nacional da FASUBRA, estará em Brasília para acompanhar o andamento da reforma administrativa em conjunto com as demais entidades que compõem o FONASEFE e as Centrais realizaremos ações e pressão junto ao relator e parlamentares. A orientação da DN da FASUBRA às entidades de base neste momento é de acumular forças, ampliar as mobilizações nas ruas para barrar a reforma e derrotar o governo Bolsonaro. Nesse sentido, é fundamental construirmos uma jornada de lutas em setembro que inclua uma nova greve do setor



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

do serviço público e pressionar os parlamentares nos estados. Mesmo os governos tentando limitar a ação das entidades em algumas capitais para o próximo ato, o Grito dos Excluídos mantém a agenda de grandes mobilizações ocorridas no primeiro semestre, em defesa da vida, contra a PEC 32 e pelo FORA BOLSONARO. A Direção Nacional da FASUBRA, orienta as entidades de base a organizarem, e participarem dos atos de 07/09. Vamos derrotar esse governo nas ruas!

RELATÓRIO DA REUNIÃO VIRTUAL DO FONASEFE 24/08/2021

Entidades presentes:

ANDES-SN (Rivania, Luiz Blume), **ASSIBGE-SN** (Paulo Lindesay), **SINDIRECEITA** (Geraldo), **FENASPS** (Moacir, Deise, Lídia), **CONDSEF** (Sérgio Ronaldo), **SINASEFE** (Lobão, Diego), **SINAIT** (Marco Aurélio, Carlos Silva), **FENAJUFE** (Thiago, Fabiano), **ASFOC-SN** (Paulinho), **SINAL** (Tancredi), **FASUBRA** (Toninho, Luan), **CUT** (Pedro), **PROIFES** (Ana Maria) **Entidade convidada: SINDMPU** (Elizabeth).

Pauta:

1. Informes; Campanha em Defesa do Serviço Público; Avaliação do 18 A e agenda de luta

Campanha em defesa do serviço público - SOS SERVIÇO PÚBLICO

Foi fechado o contrato com cantor e compositor Zeca Balero para um show no dia 08/07/21, em defesa do Serviço Público; Entre a produção e o cachê do artista pagaremos R\$ 28.500,00, podendo ser a despesa maior em função da divulgação; O rateio dessas despesas será feito por todas as entidades do FONASEFE, para isso cada entidade deve depositar a quantia de R\$ 3.000,00, na conta do FONASEFE que é administrada pelo ANDES-SN. Esse depósito deverá ser feito até antes da próxima reunião, dia 31/08/21. Caso alguma entidade tenha problemas com o seu processo de prestação de contas em fazer o depósito na conta do FONASEFE, deve imediatamente procurar a CAJUÍNA para providenciar a forma de fazer sua contribuição; O FONASEFE estar empenhado que o valor arrecadado supere o valor da contratação do show de Zeca Balero, pois, precisamos acertar a contribuição do FONASEFE com o Encontro Nacional dos(as) Trabalhadores (as) do Serviço Público, além da possibilidade de fazermos contribuição com água e outras necessidades do acampamento indígena que está sendo realizado em Brasília; O FONASEFE envidará esforços para construir um show com artistas regionais, intitulado Brasil em Defesa do Serviço Público, durante essa semana contatos devem ser realizados e na próxima reunião discutiremos essa atividade.

Avaliação do 18 A e agenda de luta

O 18 A foi um dia importante para a luta contra a PEC 32, principalmente na construção da UNIDADE dos(as) servidores(as) municipais, estaduais e federais e consolidou espaços de ação que podem ser fundamentais na continuidade da luta; Discutir de modo mais aprofundado na próxima reunião do FONASEFE o chamado para o 07 de setembro pautando as questões de segurança e biossegurança.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Baseado em experiências exitosas, o FONASEFE orienta sua base em realizar de forma conjunta com os servidores em cada estado ações de visitas nas residências dos parlamentares; Rediscutir na próxima reunião a questão da Plenária dos Servidores Públicos. Fica esse prazo de uma semana para que as categorias possam discutir sobre essa proposta, e trazer contribuições na próxima reunião. O FONASEFE enviará a todos os governadores uma carta denunciando o fato de existirem atos sendo chamados com a orientação de seus participantes irem armados; Aprofundar, no âmbito do FONASEFE, a discussão da Lei Complementar 178 que trata no novo regime fiscal.

Com a avaliação positiva da participação das entidades de base da Federação nessa agenda importante para a construção de unidade entre trabalhadoras e trabalhadores do serviço público e estatal do país, seja na transmissão feita pela direção, seja nas atividades em cada cidade, a Direção Nacional da FASUBRA reafirma a orientação de que esse é um momento fundamental para acumulação de forças, ampliação das mobilizações e atos de rua para barrar a reforma e derrotar o governo Bolsonaro e o bolsonarismo.

DECLARAÇÕES DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO COMPROVAM QUE A DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO É UM PROJETO

A FASUBRA Sindical repudia as falas desrespeitosas e discriminatórias do ministro da Educação (MEC), Milton Ribeiro, sobre os usuários da educação, pessoas com necessidades especiais, população trans, negra e pobre. Os depoimentos do ministro, neste mês, mostraram que ele segue a política de desmonte e destruição da educação pública nacional do governo Bolsonaro.

Utilizando termos discriminatórios, preconceituosos e excludentes, o ministro reforça sua pauta ideológica no governo e o papel da educação apenas para a elite. Além disso, não traz nenhuma proposta de soluções para as demandas do setor, preferindo criar barreiras e retrocessos.

Afirmações como: as universidades deveriam ser para “poucos”; crianças com deficiência são de “impossível convivência” demonstram preconceito e exclusão. Segundo o ministro, quando um aluno com deficiência é incluído em salas de aula comuns, ele não aprende e ainda “atrapalha” a aprendizagem dos colegas. “Nós não queremos o inclusivismo, criticam essa minha terminologia, mas é essa mesmo que eu continuo a usar”, afirma.

Diz ainda que a população trans atuante na rede de ensino não pode incentivar os alunos “a andarem por esse caminho”. Ribeiro revela, dessa forma, a mesma linha de atuação de seus antecessores, que se utilizaram de argumentos falaciosos e preconceituosos para descaracterizar a educação, as universidades públicas, seus trabalhadores e usuários.

A bancada do Psol na Câmara dos Deputados entrou na última sexta-feira (20/8) com representação no Ministério Público Federal pedindo a abertura de uma investigação contra o ministro da Educação pelas declarações de que alunos com deficiência “atrapalham” o aprendizado dos demais. Na representação, a bancada também requer que o ministro pague uma indenização a entidades que atuam na área.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

A FASUBRA Sindical reforça seu compromisso em defesa de uma educação pública, democrática, gratuita, de qualidade e com acesso a todas, todos e todes e a luta contra o Decreto 10.502/20 do governo Bolsonaro que instituiu a “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida” e promove mais segregação do que inclusão à educação especial. Para a Federação, as diferenças de conhecimentos e capacidades de aprendizagem em uma mesma sala de aula beneficiam todos os alunos, independente de necessidades especiais ou não.

Fora Bolsonaro e Mourão!

CAMPANHA #FORABOLSONARO PREPARA OS ATOS DE 7 DE SETEMBRO - O GRITO DOS EXCLUÍDOS

A democracia e a soberania brasileira estão sob ataque. O presidente Jair Bolsonaro e sua base ameaçam o país com um golpe. São ameaças diárias com palavras, tanques das Forças Armadas, chantagens e ataques às instituições e aos Poderes da República baseados em mentiras e desinformação.

Enquanto isso, o coronavírus segue matando no Brasil num genocídio que já tirou a vida de quase 600 mil brasileiros e já deixou mais de 130 mil órfãos. O medo da morte que assola nosso povo não vem só da doença, mas também do desemprego, da fome, do frio e da violência policial contra o povo negro e periférico. São mortes que poderiam ser evitadas, se não vivêssemos num país em que o Presidente da República aposta na desestabilidade e multiplicação das crises.

A crise política e econômica só se aprofunda. O país bate recordes de desemprego e o trabalho existente é, na maior parte, precário ou informal, sem direitos e paga salários ainda menores do que antes da pandemia. São esses trabalhadores que precisam pagar pela alta no preço dos alimentos, do gás de cozinha, dos combustíveis e dos aluguéis numa conta que não fecha e envergonha num dos países mais desiguais do mundo, mesmo produzindo mais petróleo do que consome e se vangloriando por ser um dos maiores produtores de alimentos.

Mais do que um incentivador de crises, Jair Bolsonaro é um criminoso como denunciam os mais de 100 pedidos de impeachment contra ele entregues à Câmara dos Deputados. É um criminoso, dentre muitos motivos, quando veta o projeto aprovado no Congresso que proibia os despejos até o final da pandemia. O povo que já vive sem emprego e sem comida, agora tem mais chance de ficar também sem teto, sendo expulso de suas moradias com o uso da violência e o aval do governo.

É criminoso também porque em meio a uma crise sanitária e social ataca políticas públicas essenciais para salvar vidas e promover justiça social. Primeiro através de sucessivos cortes no orçamento em áreas como saúde, educação, pesquisa científica e assistência social. Depois com o projeto de destruição de serviços públicos através da Reforma Administrativa (PEC 32) e das Privatizações abrindo a porteira para a iniciativa privada e para a volta do emprego de cabresto. E então, na fumaça do voto impresso, aprova novas possibilidades de trabalho sem direitos através da MP 1045, renovando o mito da Reforma Trabalhista que não gerou nenhum emprego.

O Brasil não pode esperar! Precisamos dar um basta nessa situação! Por isso convidamos todo o povo brasileiro para ir às ruas conosco no 7 de setembro! Vamos juntos com o 27º Grito dos Excluídos à luta por participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho, renda e Fora Bolsonaro Já!



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Campanha Nacional Fora Bolsonaro - 27º Grito dos Excluídos e Excluídas

<http://linktr.ee/campforabolsonaro>; campforabolsonaro@gmail.com; gritonacional@gmail.com

Saiba mais em <http://campanhaforabolsonaro.org.br/>

RELATÓRIO DO GT CARREIRA DA FASUBRA 23, 24 de Abril

Realização: Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA -
Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho
Comissão Nacional de Supervisão da Carreira - CNSC – FASUBRA

Por deliberação da plenária realizada em março de 2021, a Direção Nacional da FASUBRA, representada pela Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho juntamente com a CNSC, convocou o Grupo de Trabalho (GT) Carreira nacional para discutir e elaborar diretrizes de atuação conjunta para as entidades de base acerca da **IN 65** que trata do **TELETRABALHO, da Lei 173/20 EMENDA CONSTITUCIONAL 109, do Decreto 10620/2021 e da reforma administrativa - PEC 32**, que trata da **Reforma Administrativa**.

O GT se reuniu nos dias 23 de abril de 14h às 18h30, e 24 de abril de 09h às 12h30. A reunião foi conduzida pelos coordenadores João Paulo Ribeiro e Helder de Castro Bernardes Barbosa.

A reunião teve início com uma fala do Coordenador Geral da FASUBRA, José Maria Castro que fez uma homenagem ao Coordenador de Organização Sindical da FASUBRA Fernando Maranhão, falecido no dia 18 de abril.

Em seguida, os representantes das forças políticas que compõem a Direção Nacional da FASUBRA fizeram avaliação da conjuntura, demonstrando o cenário que o país atravessa e as dificuldades impostas pela pandemia, pela falta de coordenação no enfrentamento do vírus, pela lentidão na vacinação da população, o desmanche dos serviços públicos, os ataques aos servidores públicos perpetrados pelo governo e a impossibilidade de interlocução com este governo que retira direitos e serviços públicos.

Na sequência, foi dada a palavra aos representantes das entidades de base para exporem como andam as discussões nas instituições acerca da implantação do teletrabalho, sobre qual a participação da categoria nestas discussões, seja pelas entidades sindicais, seja pelas Comissões Internas de Supervisão – CIS.

No dia 24 de abril, iniciaram-se os trabalhos, franqueando a fala às entidades que não puderam manifestar-se no dia anterior, pelo avançar do horário.

As manifestações dos membros do GT serviram para a CNSC-FASUBRA fazer um diagnóstico sobre o entendimento da categoria acerca da IN 65 e como devem ser conduzidas as discussões e o trabalho do GT na base e na FASUBRA, para a elaboração de diretrizes e parâmetros mínimos de uma proposta nacional aceitável.

Verificou-se nas falas que existe pressão de algumas instituições para o retorno presencial das atividades, antes mesmo da imunização da comunidade universitária.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Percebeu-se que parte da base da categoria faz confusão entre o modelo do teletrabalho previsto na IN 65 e o trabalho remoto decorrente da situação de pandemia que estamos vivenciando. Também confundem as atribuições das CIS e das entidades sindicais, o que demonstra a urgência do debate.

Em diversas falas foi evidenciada a necessidade de reforçar, para a categoria, que o teletrabalho só poderá ser implementado pós pandemia, explicitando que trabalho remoto emergencial é diferente do teletrabalho proposto pelo governo, uma vez que há a percepção de que, para muitos, o teletrabalho é vantajoso e visto como uma modalidade boa.

Ficou esclarecido que há necessidade de se elaborar uma lista de atividades, não de cargos, que poderão ser exercidas remotamente.

Constatou-se que poucas instituições implementaram o teletrabalho, mas já há várias promovendo discussões em grupos acerca da implementação do Programa de Gestão previsto na IN 65. A UNB apresentou uma proposta de um Programa de gestão para o MEC.

Também foi possível verificar que nem todas as entidades de base possuem GT Carreira instalado e não analisaram o material de orientação e discussão encaminhado pela FASUBRA, não possuindo ainda acúmulo sobre o tema.

Após as falas, Marcelo Rosa, em nome da CNSC FASUBRA, apresentou o tema “Trabalho Remoto e o TELETRABALHO no Pós-pandemia - Impactos, Contradições e Desafios”

Na apresentação com a finalidade de orientar as discussões dos GTs, provocou acerca da realidade e complexidade das IFE, a conjuntura de reformas, chamando a atenção para a expectativa dos servidores e dos gestores, o tripé ensino, pesquisa e extensão e a diminuição do papel e do tamanho do Estado.

Fez breve resgate do PCCTAE, chamando a atenção para os princípios importantes para a FASUBRA e alertando que o modelo de gestão a ser implementado pela instituição incorreria em perdas, notadamente na perda da autonomia universitária e também quanto aos princípios inseridos no PCCTAE, quais sejam, da gestão democrática, do reconhecimento da natureza coletiva do processo de trabalho, do trabalho como processo e cumprimento de objetivos e metas pactuadas, do desenvolvimento do servidor vinculado ao PDIC e seus Programas e . o planejamento do desenvolvimento do servidor, vinculado ao planejamento institucional como foco da Avaliação de Desempenho. Foi demonstrado que a proposta de programa de Gestão da IN65 ataca estes princípios de nossa carreira, e proposto como desafio - *“como desenvolver nosso fazer de servidor técnico-administrativo em educação no ambiente de teletrabalho????”*

Finalizou propondo como metodologia para o trabalho do GT Carreira um diagnóstico final para verificar: o que já existe nas IE e o que entidades de base produziram sobre o tema; o estudo dos princípios e diretrizes (autonomia universitária, planejamento institucional, fazer coletivo do trabalho do TAE); elaborar uma proposta de disputa para:

1º - Derrubar a IN 65;

2º - disputar nas IE uma proposta construída e aprovada pela categoria.

Foi sugerido a elaboração de um formulário para ser enviado às entidades de base para fazer um diagnóstico acerca do trabalho remoto realizado. O SINDIFES e o SINTUNIFESP manifestaram ter formulário e elaborado uma pesquisa sobre o tema junto aos servidores.



● **Foram apresentadas as seguintes propostas de encaminhamento e calendário:**

Lutar pela derrubada da IN 65;

Construção de proposta alternativa para disputar com a IN 65 dentro a autonomia universitária;

Divisão das entidades em grupos e subgrupos de trabalho com a recomendação de construir o debate juntamente com as CIS;

Levantamento através de formulários da situação do trabalhador que se encontra em trabalho remoto;

1) Prazo de maio, até primeira quinzena de setembro de 2021, para fazer este trabalho na base;

2) Sugestão de plenária para segunda quinzena de setembro ou primeira de outubro de 2021;

3) Articulação de discussão junto a Andifes e Pró-reitores de Gestão de Pessoas, debatendo a autonomia universitária e não implementação programa de gestão da IN 65;

4) Elaboração de propaganda de textos e materiais da FASUBRA: de que não somos contra o teletrabalho, mas contra a IN 65 devido ao que ela traz. Explicar as diferenças entre trabalho remoto e Teletrabalho da IN 65. Explicitar os prejuízos causados pela IN 65;

5) Fazer trabalho de base via sindicatos na mesma linha unificada.

6) Interpor recursos junto aos conselhos superiores nas IE pela suspensão dos trabalhos de todas as Comissões inclusive com manifestação da FASUBRA

7) Instalação dos GT Carreira nas entidades de base até o dia 15 de setembro de 2021.

8) Dois temas para análise do GT carreira (além da IN 65)

a) Levantamento na base do posicionamento nas progressões/carreira (capacitação/desempenho e qualificação)

b) Retomar o Debate sobre Avaliação proposta histórica da FASUBRA

9) Reuniões do GT Carreira nacional a cada 10 (dez) dias, com data de início a ser definida pela direção nacional.

CALENDÁRIO	
AGOSTO	
28	Mutirão Nacional Fora Bolsonaro em preparação ao Grito dos Excluídos
SETEMBRO	
07	Grito dos excluídos - Ato Fora Bolsonaro
09 e 10	Reunião da DN FASUBRA
23	Dia Internacional contra a exploração sexual e o tráfico de Mulheres e Crianças